

DIREITO DO TRABALHO

Henrique Correia

1. Direito do trabalho	3
2. Fontes do direito do trabalho	7
3. Interpretação do direito do trabalho	9
4. Integração	12
5. Aplicação do direito do trabalho	13
6. Eficácia das normas trabalhistas	13
7. Princípios	15
8. Flexibilização	17
9. Renúncia e transação	18
10. Carteira de trabalho e previdência social	20
11. Empregado	21
11.1. Requisitos da relação de emprego (art. 3º da CLT)	22
11.2. Parassubordinação e subordinação estrutural	23
11.3. Elementos não essenciais da relação de emprego	23
11.4. Trabalho em domicílio e teletrabalho	23
11.5. Experiência prévia	24
11.6. Fraudes para descaracterizar a relação de emprego	24
12. Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	25
12.1. Peculiaridades dos Empregados Rurais	25
12.2. Contrato Temporário Rural (Art. 14-a da lei Nº 5.889/73)	26
13. Empregado doméstico	27
14. Empregado público	35
15. Altos empregados	37
16. Contratos de trabalho especiais	39
16.1. Bancário	39
16.2. Bombeiro civil	41
16.3. Motorista profissional	41
16.4. Atleta profissional	44
16.5. Artista	45
16.6. Jornalista	45

16.7. Professor	45
16.8. Aeronauta.....	47
16.9. Aeroviário	48
16.10. Serviços em frigoríficos	48
16.11. Trabalho em minas de subsolo.....	48
16.12. Árbitros.....	49
16.13. Trabalho aquaviário.....	49
17. Trabalho infantil.....	50
18. Proteção do trabalho do adolescente	55
18.1. Das Férias do Empregado Adolescente.....	56
18.2. Dos direitos de profissionalização e à proteção de grupos vulneráveis	56
18.3. Trabalho educativo	57
19. Aprendiz	57
20. Proteção do trabalho da mulher	60
20.1. Licença-maternidade	61
20.2. Estabilidade da gestante	62
20.3. Meio ambiente de trabalho.....	64
21. Empregador	66
21.1. Grupo Econômico	67
21.2. Consórcio de empregadores.....	67
21.3. Cadeias produtivas e proteção ao trabalho.....	68
21.4. Sucessão de Empresas.....	70
21.5.1. Assédios moral, sexual e eleitoral nas relações de trabalho:.....	75
21.5.2. Discriminação do trabalhador.....	75
21.6. Responsabilidade por verbas trabalhistas	80
21.7. Responsabilidade do sócio	81
21.8. Responsabilidade civil do empregador.....	81
21.9. Microempresas e empresas de pequeno porte.....	82
22. Relações de trabalho <i>lato sensu</i>	84
22.1. Trabalhador autônomo	84
22.1.1. Profissionais liberais.....	84
22.2. Trabalhador eventual.....	84
22.3. Trabalhador voluntário.....	85
22.4. Trabalhador avulso	85
22.4.1. Trabalhador avulso portuário.....	85
22.4.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	86
22.5. Cooperado	86
22.7. Representante comercial.....	89
22.8. Trabalho do índio	90
23. Terceirização	90

23.1. Dono da obra	98
23.2. Trabalho temporário	98
24. Duração do trabalho e jornada de trabalho.....	101
24.1. Horas <i>in itinere</i> e tempo de deslocamento.....	102
24.2. Sobreaviso e prontidão	106
24.3. Empregados excluídos do regime de regulação da duração do trabalho ..	106
24.4. Regime por tempo parcial	106
24.5. Turnos ininterruptos de revezamento	107
24.6. Trabalho noturno	108
24.7. Trabalho extraordinário	109
24.8. Compensação	109
24.9. Jornadas especiais	114
24.10. Repousos	115
24.10.1. Intervalo intrajornada	115
24.10.2. Intervalo interjornada	119
24.11. Descanso semanal remunerado (DSR)	119
24.12. Férias	120
24.12.1. Direitos às férias e sua duração.....	121
24.12.2. Concessão e época das férias	121
24.12.3. Remuneração das férias.....	121
24.12.4. Abono pecuniário de férias	122
24.12.5. Férias coletivas	122
25. Contrato individual de trabalho	123
25.1. Relação de trabalho x Relação de emprego	123
25.2. Contrato de trabalho.....	124
25.3. Características do contrato de trabalho.....	126
25.4. Elementos do contrato de trabalho.....	127
25.5. Efeitos do contrato de trabalho	128
25.5.1. Dano material e moral.....	129
25.6. Classificação dos contratos de trabalho.....	130

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Élisson Miessa

1. Princípios.....	39
1.1.1. Devido processo legal	39
1.1.2. Princípio do juiz natural.....	39
1.1.3. Princípio do contraditório e da ampla defesa	40
1.1.4. Princípio da motivação das decisões judiciais	40
1.1.5. Princípio da publicidade	41
1.1.6. Princípio do acesso à justiça (inafastabilidade da jurisdição).....	41

1.2.	Princípios do processo do trabalho	42
1.2.1.	Princípio da proteção	42
1.2.2.	Princípio da conciliação	42
1.2.3.	Princípio da oralidade	42
1.2.4.	Princípio da simplicidade	42
1.2.5.	Princípio da informalidade (instrumentalidade das formas)	43
1.2.6.	Princípio da celeridade (duração razoável do processo)	43
1.3.	Aplicação dos princípios fundamentais do Processo Civil no Processo do Trabalho	43
1.4.	Fontes e integração	43
1.5.	Autonomia do direito processual do trabalho	44
1.6.	Interpretação	44
1.7.	Eficácia da norma processual no tempo e no espaço	44
2.	Organização da Justiça do Trabalho	45
2.1.	Evolução histórica	45
2.2.	Jurisdição	45
2.3.	Métodos extrajudiciais de composição de conflitos trabalhistas	46
2.3.1.	Mediação e conciliação	46
2.3.2.	Arbitragem	46
2.3.3.	Poder Normativo	46
2.3.4.	Simulação da lide	46
2.5.	Ativismo judicial	47
2.4.	Órgãos da Justiça do Trabalho	47
2.4.1.	Composição do TST	47
2.4.2.	Composição do TRT	48
2.4.3.	Vara do Trabalho	48
2.4.4.	Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	49
2.5.	Competência	49
2.5.1.	Critérios de Modificação da Competência	53
2.5.2.	Conflito de competência	54
3.	Partes e Procuradores no Processo do Trabalho	54
3.1.	Capacidade processual e representação	54
3.2.	Capacidade postulatória e o jus postulandi	56
3.3.	Litisconsórcio	57
3.4.	Sucessão processual	58
3.5.	Substituição processual	58
3.6.	Honorários advocatícios	58
3.7.	Assistência judiciária e Benefício da Justiça gratuita	58
3.8.	Litigância de má-fé	59
3.9.	Assédio processual	59

3.10.	Intervenção de terceiros.....	60
2.9.1.	Procedimentos aplicáveis no processo do trabalho	60
2.9.2.	Amicus curiae	61
2.9.3.	Intervenção iussu iudicis.....	61
4.	Atos Processuais, Vícios, Formação, Suspensão e Extinção do Processo	61
4.1.	Atos processuais	61
4.2.	Vícios do ato processual.....	66
4.2.1.	Nulidades processuais.....	67
3.1.0.1	Princípio da primazia da decisão de mérito	67
4.3.	Formação do processo	68
4.4.	Suspensão Do Processo	68
4.5.	Extinção do processo	70
5.	Dissídio Individual, Petição Inicial e Audiência Trabalhista.....	70
5.1.	Procedimento sumaríssimo.....	70
5.2.	Procedimento sumário.....	72
5.3.	Procedimento ordinário.....	72
5.4.	Petição inicial	72
5.4.1.	Cumulação de pedidos.....	73
5.4.2.	Aditamento e emenda da petição inicial	74
5.4.3.	Indeferimento da petição inicial	75
5.5.	Teoria da Asserção	75
5.4.	Audiências.....	75
6.	Respostas do Réu e Provas	77
6.1.	Resposta do réu	77
6.1.1.	Reconvenção	78
6.2.	Provas	79
6.2.1.	Princípios da prova.....	79
6.2.1.1.	Contraditório e ampla defesa	79
6.2.1.2.	Necessidade	79
6.2.1.3.	Oralidade.....	79
6.2.1.4.	Imediação	80
6.2.1.5.	Aquisição Processual da Prova ou Comunhão da Prova..	80
6.2.2.	Ônus da prova.....	80
6.2.3.	Valoração da prova.....	81
6.2.4.	Prova emprestada.....	82
6.2.5.	Proibição da prova ilícita.....	82
6.2.6.	Poderes instrutórios do juiz.....	83
6.2.7.	Meios de prova	84
6.2.7.1.	Interrogatório e depoimento pessoal:.....	84
6.2.7.1.1.	Confissão.....	84

6.2.7.2.	Prova documental.....	84
6.2.7.3.	Prova testemunhal.....	85
6.2.7.3.	Inspeção Judicial	86
6.2.7.4.	Prova pericial	86
7.	Sentença e Coisa Julgada.....	87
7.1.	Sentença	87
7.1.1.	Classificação	88
7.1.2.	Fundamentação das decisões	89
7.1.3.	Julgamento antecipado	89
7.1.2.	Improcedência liminar do pedido	90
7.1.3.	Efeitos anexos da sentença	90
7.2.	Coisa julgada.....	91
8.	Recursos	91
8.1.	Teoria geral dos recursos	91
8.1.1.	Tempestividade	92
8.1.2.	Custas e depósito recursal.....	92
8.1.3.	Efeito do recurso trabalhista.....	94
8.1.4.	Reexame necessário.....	94
8.1.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição	95
8.1.6.	Poderes do relator	95
8.2.	Recursos em espécie.....	96
8.2.1.	Embargos de declaração.....	96
8.2.2.	Recurso ordinário.....	97
8.2.2.1.	Teoria da causa madura	98
8.2.3.	Agravo de petição.....	98
8.2.4.	Agravo de instrumento.....	98
8.2.5.	Recurso de revista.....	99
8.2.5.2.	Incidente de uniformização	101
8.2.5.3.	Recurso de revista repetitivo	102
8.2.6.	Recurso de embargos para a SDI (embargos de divergência).....	103
8.2.7.	Recurso adesivo.....	104
8.2.8.	Agravo interno e regimental.....	104
8.2.9.	Recurso extraordinário.....	105
9.	Precedentes Judiciais.....	105
9.1.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	106
9.2.	Incidente de assunção de competência	107
10.	Liquidação de sentença e Execução	108
10.1.	Fase de liquidação de sentença	108
10.2.	Execução trabalhista	108
10.2.1.	Execução definitiva e execução provisória.....	109

10.2.2. Títulos extrajudiciais e judiciais	109
10.2.3. Competência para a execução	110
10.2.4. Responsabilidade patrimonial	110
10.2.4.1. Responsabilidade do sócio (desconsideração da personalidade jurídica).....	110
10.2.5. Fraude à execução	111
10.2.6. Execução por quantia certa de devedor solvente.....	112
10.2.6.1. Meios de defesa do executado e do terceiro	114
10.2.6.1.1. Embargos à execução	114
10.2.6.1.2. Exceção de pré-executividade	115
10.2.6.1.3. Impugnação à decisão de liquidação.....	115
10.2.6.1.4. Embargos de terceiros	115
10.2.6.2. Remição da execução	115
10.2.6.3. Adjudicação	116
10.2.6.4. Arrematação	117
10.2.7. Execução de obrigação de fazer e não fazer.....	117
10.2.7.1. Título judicial	117
10.2.7.2. Título extrajudicial	118
10.2.8. Execução de prestações sucessivas.....	119
10.2.9. Execução das contribuições previdenciárias	120
10.2.10. Execução contra a Fazenda Pública.....	120
10.2.11. Execução contra a massa falida e empresa em recuperação judicial	120
11. Inquérito para apuração de falta grave.....	121
11.1. Dissídio coletivo.....	122
11.3. Ação de cumprimento.....	124
12. Ação Civil Pública	124
12.1.1. Cabimento.....	124
12.1.2. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	125
12.1.3. Competência	125
12.1.4. Legitimidade.....	126
12.1.5. Prescrição.....	126
12.1.6. Sentença.....	127
12.1.7. Coisa julgada	127
12.1.8. Liquidação e execução.....	127
12.2. Ação anulatória de normas convencionais	128
12.2.1. Inquérito civil (vide tópico do Regime Jurídico do MP).....	128
12.2.2. Termo de ajustamento de conduta (vide tópico do Regime Jurídico do MP)	128

12.3.3. Recomendação e audiência pública (vide tópico do Regime Jurídico do MP)	128
13. Tutela Provisória	128
13.1. Estabilização da tutela antecipada	129
13.2. Ação Rescisória.....	129
13.3. Ação anulatória de sentença (querela nullitatis)	135
14. Consignação em Pagamento.....	136
14.1. Ação de prestação de contas	136
14.2. Ação monitória.....	137
14.3. Reclamação correicional.....	138
14.4. Reclamação	139
14.5. Habeas corpus	140
14.6. Ações possessórias	141
14.7. Mandado de Segurança.....	141
14.7.1. Mandado de segurança coletivo.....	142
14.8. Ação popular.....	143
14.9. Ação por improbidade administrativa.....	147